

5

Regulação e estigma no encontro interacional “misto”

“Atributos aprovados e sua relação com a face fazem de cada homem [sic] seu próprio carcereiro; esta é uma coerção social fundamental, ainda que os homens possam gostar de suas celas.”

Goffman. *On face work*. 1955.

Durante o período de inserção no campo, um arsenal de recursos verbais e não-verbais sinalizaram, tanto da minha parte quando da parte dos internos entrevistados, uma recusa a certas suposições que gerariam desconforto. Duas situações foram particularmente curiosas a esse respeito. A primeira delas ocorreu no primeiro dia de pesquisa de campo, na conversa com o primeiro interno que lá conheci. Carlos, que foi transferido poucos meses depois, e por isso não chegou a ser entrevistado com o gravador, era, à época, um dos faxinas mais influentes da unidade. Interessado pela pesquisa, falou sem muita cerimônia sobre a estrutura empresarial do tráfico, sobre o sistema penitenciário e as regras internas da facção na cadeia; fez gráficos e cálculos em um pedaço de papel. Foi uma conversa aberta e descontraída, até que, em um determinado momento, meu interlocutor me advertiu em relação ao meu sorriso. Disse algo como ‘a senhora é simpática, mas cuidado para não sorrir demais; você pode ser mal interpretada’. A segunda situação é genérica, ao invés de episódica. Trata-se de uma cena comum nas diversas entrevistas feitas por Julio Giannini e eu. Em quase todas as ocasiões, era eu quem iniciava os tópicos e fazia as perguntas aos internos, enquanto que, curiosamente, as respostas dos internos eram dirigidas ao Julio, isto é, o contato visual, que marca a ratificação do estado de conversa, se dava quase sempre entre os homens (Julio e os entrevistados).

Notas de Campo. Março de 2009

As duas situações descritas nas notas de campo acima, extraídas de minhas próprias impressões iniciais do meu contato na unidade prisional, dizem respeito ao encontro entre o desviante e o não-desviante, que vem sendo chamado aqui,

por empréstimo da obra de Goffman, de o ‘encontro social misto’. Mais do que anedotas da minha entrada no campo, as situações acima descritas são emblemáticas de um tipo de sentimento muito familiar para mim, durante os dias de visita à cadeia. Trata-se, da minha parte – e o caso do ‘sorriso é exemplo disso –, de uma tentativa frequente de comunicar tranquilidade e normalizar a situação, de forma a afastar qualquer possível presunção de medo ou a pena. Já no caso do contato visual, ficava muito claro para todos os participantes que a presença feminina, em uma unidade exclusivamente masculina, era especialmente tensa pelo tanto de vigília que exigia: qualquer sinal de “desrespeito”, ainda que accidental, às mulheres da escola deveria ser evitado, segundo os códigos de conduta do grupo, e seria severamente punido. O desvio de olhar fazia parte de uma das várias formas de evitação de conflito construídas naquele espaço.

Conforme se viu no capítulo anterior, a tese de Becker (1963) sobre a emergência interacional do desvio fluidificou as noções essencialistas de normalidade e projetou como objeto de análise as negociações interacionais que definem o desvio em contextos particulares e em molduras sócio-históricas maiores. É justamente sobre essas negociações, tais como ocorreram nas entrevistas que geraram os dados deste estudo, que me debruço no presente capítulo. Mais especificamente, a questão que deu origem ao capítulo é anterior ao reconhecimento das narrativas de adesão ao tráfico, e reflete um certo estranhamento que esteve presente durante o processo de aproximação com o campo.

Prosseguindo em perspectiva interacional, o capítulo apresentará reflexões teóricas e análises iniciais sobre o contato com os entrevistados na geração de dados. Diferentemente do que propunha Becker, não olharei para os processos de rotulação em si, mas para a minha interação com os já-rotulados, tendo em vista o objetivo de, para os propósitos aqui delimitados, evidenciar as marcas e estratégias desse contato, sustentado pelo reconhecimento tácito dos papéis e hierarquias instanciados social e institucionalmente e, como se verá, por certa invisibilização da identidade “deteriorada” dos entrevistados.

Para isso, apresento aqui as bases gerais da vertente teórica que lida com a apresentação do *self* nos contatos face-a-face, a sociolinguística interacional, com ênfase especial nos conceitos de enquadre e trabalho de face. A reflexão sobre os conceitos estará, sempre, levando em conta as reflexões de Goffman sobre

identidade deteriorada, ou o *self* estigmatizado, olhando mais especificamente para as estratégias de manipulação e encobrimento dessa faceta, no que alego ser a delicada situação de encontro entre o estigmatizado, ou o desviante (o entrevistado) e o não-estigmatizado (os pesquisadores).

Trata-se, portanto, de uma reflexão teórica e analítica que antecede o objeto central deste trabalho, a saber, as narrativas de adesão ao tráfico, mas que também mobiliza as estratégias de neutralização que normalizam a experiência desviante. Assim como acontecerá nas análises de narrativas, falarei de momentos cruciais, excertos da entrevista, em que formas de manipulação de imagem são convocadas para a interação.

Como objetivo secundário, há aqui a intenção de, conforme Mishler (1986), legitimar a entrevista como um encontro social pesquisável também por sua natureza e relevância sociológica (cf. capítulo 4). Se uma pesquisa discursiva dessa natureza apresentaria como limitação reconhecível a estranheza dos encontros vigiados, cuidadosos, que hipoteticamente roubariam uma “naturalidade” da fala, aqui, justamente se usará a limitação da pesquisa como dado analisável; o capítulo reflete sobre essa configuração e a torna objeto de análise interacional. É ela, a suposta limitação, que complexificará as bases da participação no encontro e permitirá trazer à luz as marcas do encontro misto, com suas estranhezas e necessidades de “tato”. Trata-se, nesse caso, de se usar a difundida crítica do “paradoxo do observador” (Labov, 1972) a favor da análise.

5.1.

A sociolinguística interacional como perspectiva discursiva para a análise

Uma vez que nos ocuparemos das apresentações do *self* em interação, torna-se necessário, aqui, localizar este trabalho no âmbito da sociolinguística interacional. A partir de uma perspectiva teórica e metodológica interdisciplinar, a sociolinguística interacional, influenciada principalmente pelos trabalhos de Goffman (1964; 1967; 1974; 1981, entre outros) e Gumperz (1982) combina tradições de pesquisa provenientes da linguística, da antropologia e da sociologia, buscando evidenciar a relação entre linguagem, sociedade, cultura e indivíduo

(Shiffrin, 1994), a partir da observação das situações sociais de interação concretas e por isso mesmo difusas:

“Um estudioso interessado nas propriedades da fala pode se ver obrigado a olhar para o cenário físico no qual o falante executa seus gestos simplesmente porque não se pode descrever completamente um gesto sem fazer referência ao ambiente extracorpóreo no qual ele ocorre. E alguém interessado nos correlatos linguísticos da estrutura social pode acabar descobrindo que precisa se voltar para a ocasião social toda vez que um indivíduo possuidor de certos atributos sociais se fizer presente diante de outros. Ambos os estudiosos precisam, portanto, olhar para o que chamamos vagamente de situação social. E é isso que tem sido negligenciado” (Goffman, 1964 [2002]: 16).

Tal empreendimento, portanto, envolve a análise das interações em contextos sociais específicos, tais como as entrevistas que consubstanciam o presente capítulo e os subsequentes, buscando-se, com isso, avançar conhecimentos no que tange aos estudos interpretativos sobre o significado das interações sociais, seja em meio ao cruzamento entre culturas ou classes/papéis sociais (Gumperz, 1982), seja, como neste caso, na tentativa de compreender a atuação da linguagem em circunstâncias particulares da vida social (Goffman, 1964 entre outros). Alguns pontos específicos comumente abordados nessa perspectiva são as relações entre discurso e gramática, as propriedades da língua oral e escrita, as estratégias de envolvimento e polidez, bem como as formas de construção de posições e identidades sociais e relações de poder.

Seguindo uma tradição entre as pesquisas de intenção qualitativa da virada discursiva (Winkis, 1998), tal perspectiva de análise apresenta como premissas básicas: (i) a eleição da situação social, isto é, as interações engendradas na comunicação face a face, e suas manifestações discursivas, como *locus* privilegiado de investigação e (ii) a extrapolação do nível da sentença na análise da construção de sentidos, patente na crença de que a comunicação humana não está garantida pela mera tradução de conteúdos proposicionais/locucionais.

A influência da antropologia na sociolinguística interacional se dá, especialmente, pelas mãos de Gumperz (1982; 1999), para quem a estrutura e o uso da linguagem são social e culturalmente determinados. Para o autor, mais importantes que o conhecimento gramatical são aqueles conhecimentos de natureza cultural e interacional que regem os processos inconscientes e automáticos de interpretação e inferência (cf. Shiffrin, 1996:311-15), a partir dos

quais a ideologia penetra nas práticas de interação de determinada comunidade. Tais interpretações só são possíveis graças a certas sinalizações que as orientam. São as pistas de contextualização (Gumperz, 1982) as manifestações linguísticas e paralinguísticas responsáveis por associar a dimensão locucional do discurso ao seu conteúdo ilocucional (as intenções comunicativas que ficam no nível da pressuposição). Elementos como entoação, ritmo, expressões pré-formuladas, escolhas lexicais e sintáticas e demais semioses não-verbais, a despeito das tradições formalistas, são tomadas pelo empreendimento sócio-interacionista (entre outras abordagens discursivas) como fundamentais para a construção de sentido, sob o argumento de que o grau de partilhamento do conhecimento de suas funções social e culturalmente situadas determinam o sucesso ou o fracasso da comunicação. Tais pistas são definidas por Gumperz (1999:100) como os sinais que constroem uma base para as interpretações especificadas em um contexto, direcionando o modo como as mensagens são entendidas.

Pelo viés sociológico, o já muitas vezes mencionado trabalho de Goffman antecipa a aposta de Gumperz na centralidade dos conhecimentos situados para os processos interacionais. O autor oferece as ferramentas analíticas necessárias para se entender os modos como as pessoas atribuem valor simbólico ao que é dito e feito nos encontros sociais.

Do ponto de vista linguístico, eleger a situação como foco de análise significa rejeitar qualquer relação direta e estável entre forma e sentido; entretanto, não significa tornar tal relação impossível. O que Goffman rejeita é a construção de inventários abstratos e ensimesmados de variáveis linguísticas associados a variáveis sociais simplesmente porque entre tais polos está uma “órbita microecológica” de cenários e especificações contextuais e psicológicas, que fazem de cada interação uma situação única, e dos sentidos, construções situadas dos participantes, cuja análise interpretativa demanda atenção aos elementos que em vários níveis compõem a interação: princípios organizacionais; mecanismos processuais de sinalização; interpretação de intenções e identidades e configurações locais específicas de tempo, espaço, participantes e seus comportamentos verbais e não verbais.

O trabalho de Goffman (1964; 1967; 1974) parece ter sido o de tornar explícitos tais elementos, com intuito de fornecer bases teóricas para que se

entendam os modos como as pessoas atribuem valor simbólico ao que é dito e feito nos encontros sociais (cf. Schiffrin, 1994).

A sociolinguística interacional, então, é ferramenta especialmente útil para tornar visíveis as forças estruturantes (contexto “macro”) e os processos locais inferenciais/interpretativos (contexto “micro”) que definem e promovem o reconhecimento (i) do tipo de atividade encenado em uma interação específica e (ii) as demandas por determinadas linhas de ação levadas a cabo pelos interactantes em um encontro específico. Os conceitos de ‘enquadre’ e ‘face’, conforme definidos abaixo representam, respectivamente, cada um desses aspectos, presentes nas interações em geral e peculiares no encontro misto sob escrutínio.

5.2

O trabalho de face e o gerenciamento do estigma

À luz dos pressupostos da sociolinguística interacional, nesta etapa do trabalho, quero argumentar que especialmente duas estratégias contribuem para o gerenciamento do estigma nas entrevistas realizadas com os apenados da instituição prisional. São estratégias que, conforme consta da introdução deste capítulo, invisibilizam a “identidade deteriorada” ou afastam o confronto desta com os juízos que habitam os contextos da alegada normalidade. Chamarei a essas estratégias de trabalho de face, já que dizem respeito a comportamentos discursivos que mitigam a possibilidade de conflito na interação, tornando o estigma neutralizado a ponto de dirimir assimetrias e choques potenciais entre entrevistado e entrevistador, aqui sob a rubrica de desviante e não-desviante. Sendo assim, na seção 5.2.1, estarão contempladas algumas manifestações discursivas representativas do que chamarei de evitação e encobrimento, a seguir definidas como trabalho de face (Goffman, 1955; 1967). Apresento, a um só tempo, a revisão teórica dos principais trabalhos sobre o assunto e análise dos dados da entrevista. Na seção 5.2.2, exploro teoricamente o conceito de enquadre (Goffman, 1974; 1981) e analiso algumas digressões no discurso dos internos que fazem a entrevista e os temas da violência deslizar de um tom confessional para uma forma marcadamente política e pública, para os quais contribuem a estrutura

de participação da entrevista e os alinhamentos assumidos (também Goffman, 1981). Como se disse, as duas categorias de análise (o trabalho de face e as quebras de enquadre) são interpretadas como formas co-construídas de gerenciamento do estigma, ou neutralização deste, evidências tanto da sensibilidade do desviante em relação aos padrões de normalidade, quanto da tentativa de conformação de sua experiência dentro desses moldes.

5.2.1

O trabalho de face na evitação do confronto

Em trabalho seminal sobre o tema, muitas vezes depois explorado pelas teorias de polidez, Goffman (1955) recorta o dinamismo da apresentação do *self* (cf. capítulo 3, uma imagem socialmente construída a partir de certas demandas expressivas contingentes e baseadas em juízos emergentes de uma situação social) a partir do conceito de *face*.

Como um tipo de controle social informal e tacitamente sustentado, convenções e procedimentos do “como agir” em interação entram em jogo orientando e organizando o fluxo de mensagens (Goffman 2011 [1955]: 40) – é o que Goffman denomina “ordem ritual”. Para manter o encontro social dentro dessa ordem (que somos todos instados a seguir), é preciso considerar um dos seus princípios básicos: a face.

Face ou fachada, como preferem alguns autores, foi definida como “o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular. Construída, portanto, dialogicamente, face é uma imagem do *self* delineada “em termos de atributos sociais aprovados” (ibidem: 14).

Considera-se, para o contexto em que esta pesquisa se insere, que tais “atributos sociais aprovados” são reclamados em cores mais vivas por pessoas que trazem para a interação o *background* do estigma e da desaprovação. E, tendo ainda em mente as ideias de Becker (1963) sobre neutralização, trata-se justamente disto: se a identidade desviante não é da ordem da essência, então, mesmo estigmatizados, os participantes permanecem sensíveis aos padrões e

tornam sua avaliação positiva possível através de certas estratégias típicas do trabalho de face.

O trabalho de face (*face work*) realizado nos encontros sociais é explicado por Goffman nos seguintes termos. A cada estado de fala ratificado, isto é, a cada encontro social em que duas ou mais pessoas se reconhecem mutuamente como interactantes, os participantes tendem a seguir uma linha – um certo padrão de atos verbais e não-verbais com que eles se expressam – sustentada por suas impressões sobre o encontro, sobre os demais participantes e sobre eles mesmos. De forma muito geral, tal linha determina um sentido social de confiança e segurança – caso as pessoas sintam que estão sustentando um padrão positivo, ou adequado às requisições do encontro (neste caso, diz-se que o sujeito está sustentando a face) –, e ofendidas ou envergonhadas – nos casos de inadequação dos padrões verbais e semióticos assumidos (quando se está fora de face, ou com a face inadequada). Enquanto que o estado interacional *default* consistiria no equilíbrio do conflito, situações como o constrangimento, a vergonha e as gafes, por exemplo, seriam, ao mesmo tempo, sinais perceptíveis de problemas com a sustentação de face – que pode estar errada, pode ser perdida ou estar ameaçada por outrem – e demandas de controle por parte dos outros para gerenciar essas situações.

Essa seria a dinâmica interacional simplificada e derivada de um dos pressupostos centrais da tese de Goffman, segundo a qual é característica rotineira da interação estabelecer-se um certo estado de equilíbrio padronizado em que cada um dos interactantes assume uma face que é aceita e ratificada pelos demais. Segundo o autor, os participantes de um encontro agem guiados pela regra do ‘respeito próprio’ e da ‘consideração’, isto é, eles não só mantêm uma face, assumindo uma linha que apresenta uma imagem consistente com o requerido pela situação, como há também o aspecto dialógico: a consistência da linha assumida deve estar apoiada nos juízos e evidências difusamente comunicadas pelo outro no fluxo de eventos da situação. Além disso, a face mantida por outros participantes é também objeto de zelo por parte das pessoas, as quais, voluntária e espontaneamente, se engajam em esforços consideráveis para resguardá-la.

Como se disse, o trabalho de face é uma das estratégias interacionais mais salientes na construção das entrevistas geradas para este trabalho, e é aqui realizado/compreendido de maneira muito particular, graças à natureza: (i) do

encontro – “misto”, isto é, composto por um participante prestigiado socialmente e outro estigmatizado, o criminoso – e (ii) do tópico – episódios fortes e violentos da história de vida dos entrevistados, potencialmente chocantes ou constrangedores. Nesse cenário, a manutenção da face e da avaliação positiva sobre os participantes da entrevista dava-se, como não poderia deixar de ser, em um jogo muito sutil de ‘tato’ interacional. A função dos pesquisadores (minha e de Julio Giannini) era sempre manter a face dos entrevistados condizente, não com uma linha de ação típica, ou estereotipada, de desviantes estigmatizados, mas como participantes ratificados e legitimados de uma pesquisa social. Além disso, o encontro misto é frequentemente marcado pela potencialidade de linhas de ação consistentes com medo, pena, hostilidade ou humilhação, por exemplo; para salvar o equilíbrio interacional de tais ameaças, era preciso renunciar a certas ações, e realizar outras custosas e desnecessárias em outros contextos. Enfim, o fluxo interacional estava permanentemente vigiado para que a imagem positiva reivindicada pelo *self* dos internos, bem como a sincronia típica dos encontros sem hierarquização de *status* social, tivesse espaço para emergir.

Os trechos iniciais das entrevistas, em que se ainda está negociando a confiança necessária para a fluidez das histórias, são os mais interessantes para se analisar o controle da informação identitária imposto pelo estigma, tanto por parte de quem o sustenta, quanto por parte de quem o ratifica. Outros momentos também serão analisados. Poucos exemplos de algumas das entrevistas que compõem este trabalho serão suficientemente ilustrativas do tipo de estratégia sancionada no encontro social em foco.

5.2.1.1 **Estratégias de evitação**

Um dos padrões para os quais reivindico estatuto de trabalho de face são certas **omissões, hesitações, vaguezas ou generalizações** presentes ao longo das entrevistas com todos os participantes da pesquisa. Alego serem essas estratégias de evitação de confronto com as identidades estigmatizadas.

Ressalto, em primeiro lugar uma característica recorrente na minha fala. No início de cada conversa gravada – além da já mencionada (cf. capítulo 4) prática

de se usar os vocativos ‘João’ e ‘José’ para todos os internos para tranquilizá-los e evitar, assim, uma possível identificação por parte da direção –, eu, quase sempre encarregada de iniciar a gravação e a entrevista, procurava usar expressões evasivas cujo intuito era não nomear explicitamente o tópico da interação – nesse caso, a adesão ao tráfico de drogas. Conforme se verá especialmente no capítulo 7, esse tópico sempre esteve tacitamente presente, mesmo quando não mencionado com clareza. O excerto 1 destaca exatamente essa situação de início de conversa, destacado da entrevista com João¹⁶. Com ele, quero sublinhar um certo “constrangimento”, traduzido aqui por preservação de face, notável na abordagem do assunto.

Excerto 1: Negociação tácita do tópico - João¹⁷

- 5 **Liana** hh hh então ta bom. é:: João↓ ↑ como é que:: como é
 6 foi (tudo) João? como é que cê::...
 7 **João** bom =
 8 **Liana** = quê que: basicamente aconteceu na sua vida assim::

Na linha 5, após pedir a João que confirme no gravador a autorização para a entrevista, sou eu quem introduz uma questão de maneira hesitante (notada pelos frequentes alongamentos de vogais nas linhas 5 e 6) e vaga, marcada por uma elipse que se repetirá frequentemente nos dados, em que evito menção direta à uma expressão que representaria a entrada para o crime: “como é que cê::...” (linha 6). Na reformulação da linha seguinte, “quê que basicamente aconteceu na sua vida...(linha 8)”, o apagamento da ação se mantém, mas é tacitamente ratificado por João, que, imediatamente, conforme se verá no excerto 3, começa a narrar sua história de vida e a consequente entrada para o tráfico. O trecho sugere encobrimento de um conteúdo potencialmente gerador de obstáculos para a linha de ação que o interlocutor presumivelmente tenta sustentar. Também nesse sentido cabe notar que o apagamento da ação implica logicamente uma não atribuição de agência a João, encaminhando, para a adesão criminal, um sentido

¹⁶ Estou privilegiando, para os propósitos deste capítulo, a entrevista realizada com João, por considerar suas sequências representativas e especialmente claras em relação às estratégias de trabalho de face. Outras entrevistas do corpus serão apresentadas, no entanto, com intuito de confirmar tal representatividade ou apontar uma peculiaridade eventual.

¹⁷ A sequência completa de cada um dos excertos aqui apresentados podem ser conferidas no anexo I desta tese, estando a indicação numérica das linhas idênticas lá e cá para facilitar o reconhecimento de cada trecho.

de acaso muito diferente da acusação implícita em uma construção hipotética do tipo: ‘como você escolheu entrar para o crime?’.

Como se disse, esse padrão de introdução das histórias sobre a criminalização é recorrente nas sete entrevistas realizadas. No excerto 2, por exemplo, que destaca um trecho do início da entrevista com Lúcio, novamente a hesitação e o esvaziamento da agência atribuível ao entrevistado na referência à entrada para o crime contribuem para evitação de confronto com a identidade criminal. O trecho foi retirado também do início da entrevista com Lúcio, embora já tivéssemos conversado um pouco, a esta altura, sobre como havia sido sua infância e relação com a família. Porque Lúcio não parecia muito à vontade com o tópico, resolvo reformular a questão:

Excerto 2: Generalização da história - Lúcio

- 60 **Liana** então deixa eu te perguntar uma coisa que assim,
61 você não precisa falar da tua experiência mesmo,
62 pode falar assi:m de maneira geral, mas o que
63 que acontece na vida de um menino, como você,
64 pra que ele:: pra que ele acabe se encaminhando
65 pro tráfico ou pra um caminho...
66 **Lúcio** eu acho que é o lugar onde mora.

O excerto interessa à análise por dois aspectos. Primeiramente, há na minha fala “preâmbulo” que adia a introdução ao tópico por meio de modalizações (“deixa eu te perguntar”, “assim”, “você não precisa”, “acabe se encaminhando”), pausas e repetições (“pra que ele:: pra que ele”, linha 64). O segundo aspecto é a formulação generalizante seguinte, em forma de pergunta (na “vida de um menino”, linha 63), que transforma a adesão ao tráfico em um objeto externo ao entrevistado, desobrigando-o do comprometimento com a explicação que vem a seguir.

O recurso discursivo de “generalização” das histórias acrescenta a impessoalização ao conjunto de estratégias protetivas da face. No excerto 3, dessa vez retirado da entrevista com Freitas, o mesmo padrão comparece:

Excerto 3: A vida de uma pessoa - Freitas

- 72 **Liana** você contou pra gente um pouco da sua história,
73 sua particular. mas por que que você acha que
74 uma pessoa, assi:m, falando mais abertamente,
75 por que que você acha que uma pessoa, eu não sei
76 nem se foi o seu caso, mas adere ao tráfico, vai

77 pro tráfico, ou começa a... ou entra pela vida
 78 do:: crime por um outro caminho.. não
 79 necessariamente ligado ao tráfico. por que que
 80 você acha que isso começa na vida de alguém? o
 81 que que tem que acontecer na vida de uma pessoa?
 82 **Freitas** eu acho que começa com más companhias,
 83 <entendeu?> começa por isso, começa pela vaidade
 84 també:m da pessoa também.

Ao entrevistar Freitas, eu o isento de falar de si, conscientemente com propósito duplo: ao mesmo tempo em que sou, ao utilizar expressões como “uma pessoa” (linha 75) e “alguém” (linha 80), extremamente polida de modo a não ameaçar sua face diretamente com uma pergunta tão pessoal e ameaçador, tento salvaguardá-lo de sua identificação por parte dos demais ouvintes da gravação (a esse segundo aspecto reservo especialmente a próxima seção).

Do ponto de vista da análise sociointeracional, as minhas escolhas linguístico-discursivas nesse momento delicado do contato com traficantes apenados parecem representar, da minha parte, o impulso interacional de controlar o meu constrangimento e o constrangimento que os meus entrevistados poderiam sofrer com uma rotulação *a priori* e avaliativa das suas histórias de vida. De fato, todo início de conversa durante a pesquisa de campo, com ou sem o gravador ligado, era marcado pelo desconforto da possibilidade sempre iminente da ofensa, depreciação e inferiorização. Conforme sublinha Goffman (2011 [1955]: 46), a preocupação com o constrangimento é tanto maior quanto se sentirem os participantes não-estigmatizados representantes de unidades sociais mais amplas (como é o meu caso, na condição de educadora e pesquisadora). Nesse sentido, salvar a face dos apenados implica, para além das demandas de ordem micro, sentir que eles têm “um direito moral a esta proteção”, ou porque a sua perda (da face) poderia acarretar certa hostilidade em relação à pesquisa, o que também precisava ser evitado.

Mas não só nas minhas perguntas ocorre a evitação. A fala de João, na resposta à pergunta feita por mim no excerto 1, analisado acima, é também extremamente hesitante:

Excerto 4: O “inominável” - João¹⁸

- 9 **João** a minha infância [ela é... muito contraditória à vida que eu
 10 levo. eu sempre fui um:: assim jovem, na minha:: juventude,
 11 no caso na adolescência, na minha:: infância, né? como
 12 estamos... assim, como a senhora está me perguntando, sempre
 13 tive uma família bem estruturada, uma família bem organizada,
 14 uma família... bem orientada. mas... o que acontece? me
 15 faltava algo... “entendeu?” algo. (creio eu) creio eu que
 16 pra muitas pessoa faltam algo, né? no caso faltava pra mim
 17 algo material... que:: no caso, é:: como é que eu vou
 18 explicar? haveria possibilidade da minha família me dar...
 19 isso que eu precisava, mas, devido a eu ser uma pessoa muito
 20 jovem, muito nova, minha família achou que eu não poderia ter
 21 aquilo naquele momento.<foi isso que:: fez eu entrar nessa
 22 vida.>
 23 **Liana** [estória de vida]
 24 **Liana** aquilo de:: grana mesmo?
 25 **João** não. na realidade, eu entrei nessa vida aos catorze anos,
 26 quando eu queria possuir uma moto... entendeu?=
 27 **Liana** = tinha um tinha um objetivo. =

Resguardados por ora os aspectos narrativos do excerto, assunto do capítulo 7, destaco aqui o uso de expressões imprecisas agora por parte do entrevistado, que conferem um curioso tom de mistério à fala destacada. Mais que meras decisões estilísticas, construções como “a vida que eu levo” (linhas 9-10) e “entrar nessa vida” (linha 25) contêm referências que estão ancoradas na situação e dependem de informações biográficas compartilhadas pelos interlocutores (por exemplo o fato de João ser ainda atualmente uma liderança do tráfico) para serem compreendidas. Tais expressões também se alinham com a hesitação da minha pergunta antecedente, como se o acordo tácito presente nessa interação fosse não nomear a ação criminal para, de certa forma, não materializar o extraordinário do crime em uma conversa normalizada.

Além disso, João inicia sua fala tentando adiar a informação razoavelmente necessária para a compreensão da história: o desejo de possuir uma moto. Apesar disso, são expressões vagas que predominam em seu discurso, tais como “me faltava *algo*” (linha 15); “*isso* que eu precisava” (linha 19), introduzindo mais um tipo de evitação. A referência do “*algo*” que não se quer nomear, não pôde ser recuperada contextualmente pelos ouvintes, e permanece oculta até que eu arrisque um palpite (“aquilo de:: grana mesmo?”, linha 24). Há, então, a

¹⁸ A entrevista com João foi recentemente analisado por Júlio, meu parceiro nesta pesquisa (cf. Giannini, 2011), e por Giannini e Bastos (2012, no prelo). Os autores analisam as generalizações e incompletudes desse discurso com base no conceito de “resistência” (Bourdieu, 1998; Ewrik e Silbey, 2003). Uma referência mais detalhada a este trabalho encontra-se no capítulo 8 desta tese.

partir da linha 24, uma sequência quase didática de esclarecimento. A análise dessa situação segue um caminho semelhante ao anterior: de maneira aproximada às demais estratégias de preservação de faces, parece ser necessário a João distanciar-se dos tópicos que levariam a informações inconsistentes com a linha que ele está tentando manter. Se ele, por exemplo, está sustentando uma explicação que coloca as necessidades financeiras mais básicas como causa determinante de sua entrada para o tráfico, não faria sentido mencionar a moto como uma dessas necessidades, dado o caráter lúdico-hedonista do artefato; comprar uma moto não parece, ao menos superficialmente, uma justificativa moralmente suficiente para explicar a experiência desviante. Nesse sentido, João adia a menção a um desejo mais trivial de consumo, pelo tanto que fazê-lo acabaria por desafiar e constranger as imagens positivas que ele tenta construir. Trata-se de uma estratégia interacional de evitação condizente com a ‘discrição’ (Goffman, 2011 [1955]: 22), em que os interlocutores, como em um tratamento cerimonial, tentam ficar longe de tópicos e atividades que levariam à expressão de informações contraditórias às expectativas do encontro.

A entrevista com João é uma das mais saturadas de expressões vagas e indeterminadas. Em muitos outros momentos, especialmente para se referir a suas atividades ilícitas, o padrão do “inominável” se repete. Para situar temporalmente a época em que conheceu sua esposa, por exemplo, João usa a expressão “na mesma época em que achei o meu mundo” (linha 66; cf. Anexo II); para se referir à primeira tarefa que teve de cumprir ao aderir à facção criminosa a que pertence, João escolhe dizer: “foi entregue um *tamanho poder* em minhas mãos” (linha 70; *idem*), e assim por adiante.

Em direção ao reconhecimento de um padrão, cabe sublinhar que omissões ou substituições vagas dessa natureza não são prerrogativas de João; elas se repetem em todas as interações gravadas e eram uma constante também nas conversas mais informais e não gravadas travadas durante a pesquisa de campo. A título de ratificação, abaixo, o excerto 5, extraído do desenvolvimento da entrevista dupla realizada com Jorge e Sérgio, apresenta mais um exemplo representativo desse tipo de construção. Esta foi a primeira entrevista que realizamos, e nossos interlocutores estavam especialmente tensos, com medo de deixarem escapar alguma informação indevida. Nos instantes que antecedem o recorte, a conversa caminhava há alguns instantes em torno de temas mais

amenos, tais como a relação deles com a família e seus primeiros empregos “regulares”. O excerto recorta o momento em que, pela primeira vez, Jorge menciona sua entrada para o tráfico, e imediatamente eu solicito, ao mesmo tempo em que antecipo, uma explicação a respeito.

Excerto 5: O “caminho ali” - Jorge

117 **Jorge** (...)a mente já começou a: pesar, tá entendendo?
 118 dificuldade dentro de ca:sa, então começou a eu- me levou
 119 a: gerar-a gente ir por alguns caminho, tá entendendo?...
 120 não que:: a gente quer se- eu não quero me justificar
 121 do erro, [mas foi uma forma que eu [achei
 122 **Liana** [eu sei [mas foi necessidade,
 123 né? no seu caso?=
 124 **Jorge** =é pode dizer que foi uma necessidade, tá entendendo?
 125 de pegar e:: andar pelo aquele caminho ali.

Neste excerto, também marcado por hesitações e reformulações frequentes, especialmente entre as linhas 117-121, expressões como “alguns caminho” (linha 119) e “aquele caminho ali” (linha 125) estão indiciadas, identificando a fala de Jorge com a de João. Não parece haver realmente intenção, por parte de quem a profere, de esconder o conteúdo da referência. O prejuízo à clareza justifica-se, então, pela percepção da força da palavra omitida na construção de um constrangimento potencial. A referência é inferível a ponto de podermos interpretar os pronomes “aquele” e “ali” como avaliativos, na medida em que instauram uma diferenciação metafórica que entende “caminho” por fases da vida, donde aquele “caminho ali”, do passado, está em oposição a ‘este caminho aqui’, implícito, do presente do entrevistado, da reflexão sobre o passado, da tentativa de construir uma alternativa, essa sim favorável à imagem que se tenta construir¹⁹.

No início desta seção, quando da análise dos excertos 2 e 3, destaquei um recurso retórico a que chamei de “generalização de histórias” como forma de impessoalizar o discurso, consistente com uma estratégia de evitação protetiva da

¹⁹ Quase sempre, as imprecisões e indeterminações como a dos exemplos acima se aplicam ao campo semântico das atividades criminais, mas elas podem ocorrer também em outros tópicos tabu na cadeia, como a homossexualidade, por exemplo. Durante a pesquisa, pareceu claro que a facção criminosa a que os internos participantes desta pesquisa pertencem censura veementemente as identidades homoeróticas. A entrevista com Lúcio, o entrevistado do excerto 2, já apresentado no capítulo 4, foi especialmente tensa nesse sentido. Sem poder dizer explicitamente o conteúdo interditado, o entrevistado sugere mais de uma vez, a partir do uso de expressões vagas, que há algo “a mais” na sua história. Reservo para trabalhos futuros uma análise das questões de gênero no contexto prisional.

face do entrevistado. Por parte dos entrevistadores, formulações do tipo: “o que tem que acontecer na vida de um menino para que ele entre para o tráfico” são recorrentes, como se viu.

Por parte dos entrevistados, o uso de estratégias dessa natureza atinge seu cúmulo na entrevista com José. Curiosamente, no caso de José, por ser ele extremamente seguro de sua condição – a liderança máxima de sua facção na unidade prisional –, arrisco, pela primeira vez, indagar diretamente por sua experiência pessoal. Em sua pronta resposta, no entanto, assim como em boa parte da interação gravada conosco, José prefere usar, inusitadamente, a terceira pessoa para falar de si:

Excerto 6: “Quem é o José” - José

- 1 **Liana** †vamos começar então... falando um pouco da sua história
 2 de vida, né?, assim, eu queria que você contasse um pouco
 3 pra gente como é que foi sua vida.. pode ser†..
 4 **José** [no caso o quê? da infâ:ncia [ou...
 5 **Liana** [pode ser desde a
 6 infâ::ncia, pode ser da sua relação com a sua fami:lia,
 7 vamos começar primeiro do incincho... pra eu tentar
 8 reconstruir a sua trajetória ... ver quem é.. o José †
 9 .hhh
 10 **José** então vamos lá... eu sou o José, né, atualmente tenho
 11 vinte e nove anos, nascido e criado lá em Itaboraí...
 12 entendeu? ... so:u filho de pais separados ... com uma
 13 trajetória de vida sofrida...né?, ao ponto de eu me-
 14 encontrar privado (...)e daí foi surgindo o †José, né?
 15 José estudou, estudou, estudou bastante... e- e a família
 16 queria mais isso do que (crime). estudou, (fala mais
 17 baixa) /fez primeiro grau completo (...)

A longa narrativa introduzida por José no excerto foi suprimida para os fins desta seção porque será exaustivamente analisada no capítulo 7. Afora os aspectos narrativos, quero sublinhar a alternância entre a impessoalização do discurso e o uso da primeira pessoa, frequentes nessas primeiras linhas da entrevista. É preciso notar, na sequência representada, que a estratégia é sugerida por mim (“quem é o José” – linha 8), talvez ainda como parte do trabalho de face, para não ameaçar o território do entrevistado (pensando como uma gradação, ainda que uma construção como “quem é José” seja mais direta que o padrão recorrente “quem são os meninos”, ela continua sendo, de qualquer forma, mais indireta que algo como “quem é você”, que nunca chega a ocorrer nos dados).

Nas linhas seguintes, após reforçar o “apelido” recebido (“eu sou o José, né”, linha 11), José vai, pouco a pouco, no trecho destacado, se desligando sintaticamente do personagem (“e daí foi surgindo o ↑José, né?”, linha 14; “José estudou, estudou, estudou”, linha 15), e segue usando os verbos em terceira pessoa. A esse respeito, cabem algumas considerações.

Conforme se desenvolverá no capítulo 7, os internos frequentemente mitigam a agência especialmente no que diz respeito às escolhas criminais. A estratégia de transformar-se em terceira pessoa faz parte desse pacote mitigador. Em grande parte dos dados, inclusive pela forma como eu formulava as questões, as respostas eram construídas com sujeitos generalizados – como “pessoas com a mente altamente criminosas”. “a maioria dos presos” –, que, embora incluíssem categorialmente o locutor, permitia-lhe não falar especificamente sobre si. No caso de José, tal estratégia se potencializa ao cúmulo de substituir o “eu” para tratar-se pelo seu nome fictício. A evitação do “eu” na posição de sujeito está, no senso comum, associada à modéstia; à humildade. Aqui, trata-se de trabalho de face. Ainda que não se tenha usado para os propósitos desta tese os padrões de polidez descritos por Brown e Levinson (1987), pode-se reconhecer nos casos de indiretividade mecanismos de preservação da face negativa, conforme distinção estabelecida pelos autores. Para Brown e Levinson, a face positiva refere-se aos valores e ações considerados apropriados para as duas partes de uma interação, e há uma tendência, graças aos desejos de aprovação e respeito, de lançar mão de estratégias que indiquem interesse, acordo, reciprocidade e cordialidade sempre que se quiser salvar a face positiva de alguém de críticas, censuras e reprovações potenciais. Diferentemente, a face negativa se relaciona com os atos de invasão do território do outro, isto é, considera que certas imposições circunstanciais atingem a individualidade dos participantes de uma interação. Então, estratégias que delimitem o distanciamento social e mitiguem os riscos envolvidos em invasões dessa natureza, como ser indireto, evasivo, cortês, apologético, etc, são necessárias para salvar a face negativa de alguém.

De volta à análise dos dados, se a indiretividade, por um lado, viola a clareza dos enunciados, por outro, essa é uma estratégia que parece estar a serviço da evitação de lesões ao território dos presentes, o que pode ser entendido como o risco de a luz favorável sob a qual os entrevistados se apresentam entrar em confronto ameaçador com a a identidade criminal. A evitação da primeira pessoa e

a cisão que daí decorre (entre um “eu” narrador e um “eu” personagem) parecem contribuir para o deslocamento desse tipo de conflito.

5.2.1.2

Manejo da estrutura de participação

Além das dificuldades com a nomeação das atividades e agentes relacionados ao crime, são frequentes o que passo a chamar de interdições sintáticas, ou elipses temporárias dos objetos verbais referentes às escolhas criminais. Novamente, uma fala de João serve como exemplo representativo da estratégia. Recorto, no excerto 7, a continuação da história da moto (excerto 1 e 3), introduzida na seção anterior. Nas poucas linhas anteriores, João contava que, naquela época, diante da recusa do pedido da moto por parte de sua família, foi buscar, nas práticas ilegais, uma forma de conseguir o dinheiro.

Excerto 7: Interdição dos objetos verbais – João

- | | | |
|----|-------|--|
| 31 | João | (...) eu tinha um primo meu que já:: fazia, |
| 32 | | certas coisas, tinha uns certos conhecimentos, foi |
| 33 | | onde ele me chamou pra realizar... entendeu? um |
| 34 | | ato de <u>crime</u> . = |
| 35 | João | = aonde que:: eu consegui comprar essa moto, aí |
| 36 | | daí pra frente que eu dei continuidade a essa vida.. |
| 37 | Liana | (aí foi uma bola de neve.) = |
| 38 | João | = uma bola de neve. depois que:: já era, entendeu? |

Nessa fala de João, os verbos ‘fazer’ (linha 31) e ‘realizar’ (linha 33) aparecem temporariamente incompletos, com seus argumentos interditados pela natureza do seu conteúdo (criminal), ratificando a ideia de que o discurso seja extremamente marcado pela vagueza. Em seguida, após um adiamento prosódico, a expressão genérica “certas coisas” e a curiosa “ato de crime” preenchem a demanda sintática. Adicionalmente, é interessante notar aqui que o ato de comprar uma moto, narrado na sequência anterior por João, é agentivo; já o “ato de crime” tem a agentividade completamente apagada. O ‘primo’ é quem chama pra João para “realizar” alguma coisa. Na sequência seguinte, eu mesma confirmo o esvaziamento da agência: “aí foi uma bola de neve” (linha 37). A expressão posterior interdita o sujeito necessário à construção - “depois que:: já era,

entendeu?” (linha 38) – perfeitamente inferenciada pelos presentes: a partir dali, João era definitivamente um membro da facção criminosa de sua comunidade.

Seguindo o mesmo padrão, o excerto 8, recortado da entrevista com Jorge e Sérgio, também apresenta elipses de interdição de conteúdo relacionado à violência. O trecho destacado é imediatamente anterior àquele já recortado e analisado no excerto 5. Aqui, Jorge, logo após de o mesmo ter sido feito por Sérgio, explica que seus primeiros trabalhos se deram na construção civil, e narra o modo como, aos poucos, sua insatisfação e necessidades financeiras foram encaminhando sua entrada para o tráfico.

Excerto 8: “Aí eu já comecei” - Jorge

114 **Jorge** é: a construção civil na o:bra. assim obra que o
 115 pedreiro da comunidade pega, ali a empreitada e faz.
 116 e aí chamava a gente ... chamava nós ali. então o quê
 117 o que acontece? dali que eu comecei a:: a sair
 118 mais, comecei a conhecer: ali veio veio a maior
 119 necessidade que tinha dentro de casa e aí eu já comecei,
 120 tá entendendo? a mente já começou a: pesar, tá
 121 entendendo? a dificuldade dentro de ca:sa, então
 122 começou a eu me levou a: gerar a gente ir por
 123 alguns caminho, tá entendendo? ... não que:: a gente
 124 quer se- eu não quero me justificar do erro, mas foi
 125 forma que eu achei.

De forma mais radical que a fala de João, Jorge apaga definitivamente os objetos verbais, e construções como “comecei a conhecer” (linha 118) e “já comecei” (linha 119) ficam incompletas estruturalmente, embora perfeitamente inferíveis pelos participantes da conversa: Jorge se refere a sua entrada para o tráfico. De forma literal, os marcadores discursivos “tá entendendo” apontam para a série de informações tacitamente compartilhadas pelos presentes.

Duas explicações são possíveis tais características discursivas. A primeira delas, de natureza pragmática, é que a interdição sintática estaria motivada, como já se disse, pela evitação dos conteúdos mais brutos da história de vida dos participantes. Para Levinson (2007), é comum que a pragmática interfira na sintaxe, e que omissões dessa natureza gerem implicaturas complexamente inferidas a partir de certos princípios de polidez. Nesse caso, a amenização do estigma e do confronto parece ser interveniente na construção sintática. As pressuposições geradas pelas elipses seriam uma outra forma de se utilizar a

indiretividade em favor da preservação do território do interlocutor, sempre ameaçado pela possível emergência do estigma criminal.

A segunda explicação possível, do ponto de vista interacional, está na estrutura de participação da entrevista. Tanto os casos de vagueza e indeterminação quanto as elipses “hesitantes” presentes nos excertos 7 e 8 podem estar circunstancializados pela situação peculiar de permissão de gravação de dados já mencionada no capítulo metodológico deste trabalho.

O conceito de estrutura de participação, segundo definido por Erickson e Shultz (1981 [2002]: 218), diz respeito às configurações da ação conjunta dos participantes de uma interação que englobam maneiras de falar, de ouvir, de obter o turno, mantê-lo e conduzi-lo. Seguindo a agenda clássica da análise da conversa, a saber, a descrição da ordenação da conversa em comunicação espontânea, a ideia de participação estaria fundamentada em princípios de alternância de falas, a partir dos quais os participantes atualizam papéis de ‘ouvinte’ ou ‘falante’ de acordo com a posse do turno. Tais turnos compoem “pares adjacentes” (Sacks, Jefferson e Schegloff, 1974), os quais, como o próprio termo sugere, se baseiam em trocas verbais lineares e alternadas que sustentam a conversa.

Goffman (1981), no entanto, extrapolando os limites tradicionais de tal descrição, discute a complexidade e abrangência dessas estruturas, conferindo à interação outras dimensões. Para o autor, nem a adjacência é marcada necessariamente por “fala”, nem os papéis de ‘ouvinte’ e ‘falante’ são tão simplesmente ordenados que se possa demarcá-los a partir de mera constatação de emissão sonora. Antes, a aproximação e o distanciamento físico dos participantes, de modo anterior e mais relevante que a fala, são suficientes para marcar o início e o fim de um estado de conversa. Posto um estado de conversa, sua estrutura de participação, isto é, a distribuição de papéis, direitos e deveres em uma interação, poderá incluir tipos diferentes de ouvintes, e é este o aspecto que importa para a análise aqui empreendida: aqueles para os quais a fala está sendo sinalizadamente dirigida (para o caso das condições interacionais desta pesquisa, o entrevistador e o entrevistado); aqueles que, por alguma razão circunstancial, estão num dado momento ouvindo, ainda que a fala não seja a eles dirigida; aqueles para quem a fala sem dúvida está sendo dirigida, ainda que de maneira não sinalizada, entre outros, a depender de elementos culturais e circunstanciais da situação social. Importa notar que o diretor da cadeia, por conta de sua exigência de ouvir as

entrevistas, funciona nesse contexto como ouvinte circunstante, ainda que distante no tempo e espaço (já que as gravações eram ouvidas muitas horas após as entrevistas), como uma espécie de espectador de comunicação mediada. Além disso, teríamos no contexto a figura de um interlocutor imaginado. Isso se dá nos seguintes termos. Sabem os entrevistados que a presente pesquisa é realizada no âmbito das ciências humanas e estão eles, por conta da facção a que pertencem, bastante acostumados a protagonizar produções acadêmicas e culturais sobre suas práticas (teses, livros, reportagens, programas de TV, filmes de ficção, documentários...). Uma cena registrada em minhas notas de campo é ilustrativa desses aspectos. Logo que conseguimos a autorização para a gravação junto às lideranças da facção na cadeia (cf. capítulo 4; 8), fomos confrontados com questões sobre qual seria o produto derivado da pesquisa, se um livro ou um filme, por exemplo. Depois de explicarmos no que consistia uma tese, parecemos contentá-los com a ideia de que suas vidas seriam publicadas em forma de texto. Após isso, muitas brincadeiras foram feitas durante as gravações, especialmente por parte daqueles que passavam pelas janelas de vidro das salas em que as conversas ocorriam. Comumente, ao avistarem o gravador, os demais internos sorriam e faziam gestos semelhantes àqueles comuns em entrevistas de rua em telejornal, em que um grupo de pessoas se coloca à frente da câmera sorrindo e fazendo gestos para “aparecer” na televisão. Conscientes, então, da publicização do trabalho, considera-se aqui, com base em análise dos dados, que os participantes estabeleciam um tipo de interlocução pública com os futuros ouvintes e leitores das entrevistas, estando essa percepção guiando algumas das escolhas discursivas de suas falas. A próxima seção explorará tais marcas, que consubstanciam o interlocutor imaginado.

De volta à análise das diferenças entre os tipos de participação que compõem uma situação social, essas diferenças, segundo Goffman (1974), seguido por Phillips (1976), introduzem à estrutura de participação a noção de ratificação. A ratificação seria a autorização que recebe uma audiência por parte de quem fala e por meio de sinais de diversa natureza, sendo reconhecível pela probabilidade de tomada do turno (Phillips, 1976[2002]: 27). Isso quer dizer que reconhecemos um ouvinte ratificado, principalmente, quando ele é, em potencial, um falante dos turnos seguintes. Dessa forma – conclui-se – ser ouvinte ou falante é fundamentalmente diferente de sê-los de forma ratificada (Phillips, 1976[2002]:

31). Mas a ratificação dos papéis em uma interação não necessariamente está em correlação com a configuração dos turnos, e sim com uma noção de reconhecimento/aceitação desses papéis por parte dos interlocutores. A esse respeito, cabe mais uma observação acerca do ouvinte circunstante, que explicaria a segunda hipótese aventada acima sobre as elipses e vaguezas do discurso.

Quando um interno da instituição prisional, ao saber que o seu diretor ouviria a gravação (e todos sabiam), opta por omitir ou substituir termos relativos a sua ação criminal, ele não só está escolhendo uma estratégia de amenização de seu estigma, controlando sua identidade deteriorada, mas está também estabelecendo uma estratégia de *conluio* com seus entrevistadores: escolhem usar palavras que, ainda que ostensivamente dirigidas a todos, são inócuas para os excluídos ou circunstantes, mas só têm um significado intencional recuperado por alguns (Goffman, 1981 [2002]:121).

Nesse sentido, os dados fazem concluir que entrevistadores encontram-se, sim, ratificados, enquanto o ouvinte circunstante, “intruso”, é mantido à distância, deslegitimado, tendo sido negado seu papel nessa interação: é ele quem não deve entender as elipses que têm seu significado reconhecido no aqui-agora da interação.

Importa trazer, para esta reflexão, o conceito de alinhamento tal como formulado por Goffman (1981): a linha de ação escolhida pelo ator social revela uma posição e projeção do *self* em relação ao interlocutor, a personagens do discurso, ou ao próprio discurso, e tais posições são sinalizadas por alterações no comportamento verbal e semiótico dos participantes (Goffman, 1981[2002]:113). Considerando as elipses e vaguezas como alterações dessa natureza, o que os entrevistados fazem é alinhar-se conosco, seus entrevistadores, conhecedores tácitos e ouvintes ratificados de suas histórias, capazes de realizar as inferências, apoiados que estávamos nos nossos conhecimentos prévios e nas demais sinalizações semióticas como gestos, olhares e entonações (a maioria desses sinais infelizmente não pôde ser recuperada devido à impossibilidade de gravação de vídeo). Ao mesmo tempo, nossos interlocutores desratificam a audiência assíncrona (todos que ouviriam a gravação em outro tempo e espaço), negando-lhe acesso a informações precisas sobre suas biografias.

A estratégia se aproxima daquilo que Goffman (1967) nomeou “comunicação insinuada”. Como define o autor, a diplomacia das preservações da

face às vezes conta com um acordo tácito para agir através da linguagem das “dicas” (2011 [1967]: 25). O locutor não age como se tivesse oficialmente comunicando algo, e o interlocutor como se não tivesse oficialmente recebido a informação. Estando no âmbito do não-dito, trata-se de uma comunicação de um conteúdo que pode ser negado. Ao mesmo tempo, está-se obedecendo a regras básicas do comportamento interacional, porque tal maneira de comunicar parece consciente da iminência da perda de face, sem que tal consciência se torne o próprio incidente.

Se a estratégia, semelhante a um conluio, indica, por parte dos entrevistados, uma postura que ratifica seus entrevistadores, esse não é o único índice de alinhamento presente nos dados. Existem, ao longo das entrevistas, situações extremamente estranhas para uma interação comum, mas que parecem de uma fluidez peculiar nas trocas que aqui apresento. Marcadores discursivos (*backchannels*) como ‘ahã’, ‘humhum’, ‘entendi’, aparentemente secos e indiferentes, apontam, por vezes, da parte dos entrevistadores, para uma compreensão tácita daqueles conteúdos antes interditados, agindo, eu, a entrevistadora mais frequente, como quem consente o silêncio para poupar o interlocutor da materialização, da nomeação dos temas brutais.

No excerto 9, abaixo, percebendo certo orgulho da parte de João na forma como ele lida com sua situação carcerária, resolvo perguntar se, para ele, o crime realmente é um caminho “errado”; se, diante das opressões que ele relata, o crime teria uma justificativa positiva. Após uma resposta bastante crítica de João sobre a falta de oportunidade, especialmente para aqueles que hoje saem das penas de reclusão, um “humhum” (linha 124) proferido por mim, seguido por um redirecionamento do tópico, soa quase indiferente da minha parte, como se, diante da sua exposição sobre as condições de empregabilidade da população carcerária, não houvesse também um preso diante de mim. Trata-se de uma estratégia que camufla o estigma; uma indiferença apenas aparente em relação a sua história, para não expor as suas marcas:

Excerto 9: Backchannels - João

- 106 Liana (...)você acha que tem justificativa, de alguma forma?
 107 João tem.
 108 Liana tem?
 109 João tem justificativa. tem justificativa porque (num) que
 110 nós num temos oportunidade. como é que vai

111 sair um preso aqui agora lá na, vai sair hoje. o
 112 cara ficou preso dez anos, vai sair hoje. e o emprego
 113 pra ele, num tem. num existe isso. num existe um
 114 programa que seja específico pra ressocializar o
 115 preso, pra dar chance, oportunidade, não existe. Porque
 116 se existisse eu garanto pra senhora que: a a esses
 117 trinta por cento ia aumentar pra sessenta por
 118 cento, setenta por cento e assim sucessivamente,
 119 porque ninguém, ninguém quer levar essa vida eternamen
 120 entendeu? então eu acho que se tivesse
 121 oportunidade, haveria possibilidade sim de haver
 122 mudança grande, mas... creio eu que isso não interessa
 123 a muita gente, né?
 124 **Liana** humhum. tem é: agora assim é: teve- o marcelo fez
 125 essa pergunta acho que na outra entrevista com... a
 126 outra pessoa (...)

A estratégia, que pode ser entendida como uma espécie de “cegueira”, faz parte do processo de evitação constante na situação. Pode ser comparado aos exemplos fornecidos por Goffman sobre paradas militares: “aqueles que participam do desfile [são obrigados a] tratar qualquer um que desmaie como se ele simplesmente não estivesse ali” (1955 [2001]: 25). Disfarçar a condolência ou mostrar certa indiferença, assim como fingir que não assistiu à queda de um transeunte, contribui para manter a ficção de que nenhuma ameaça à face (pelo objeto potencialmente constrangedor, gerador de pena, por exemplo) aconteceu.

O mesmo acontece no excerto 9. Conforme se verá na análise de sua narrativa no capítulo 7, a entrevista com Lúcio foi especialmente dramática, porque em diversos momentos o interno pareceu alterado emocionalmente, especialmente em função de episódios delicados de sua história de vida, tais como o narrado nesse trecho, que sugere abuso sexual.

Excerto 10: “É” - Lúcio

308 **Lúcio** e tem pessoas que, por exemplo, eu, tenho 12
 309 anos, tem uma senhora, me pega, me leva pra casa
 310 dela, eu acho que arrumei uma mãe, eu arrumei
 311 uma família, mas ela quer outra coisa. Você
 312 acredita? Tem pessoas que leva as pessoas
 313 pensando que quer criar uma família, ela quer
 314 você pra amante.
 315 **Liana** é.

Já se viu que a alternância entre a primeira pessoa e a impessoalização do discurso, como a presente no trecho, introduz uma ruptura entre o entrevistado e o protagonista na história, um distanciamento que também serve como evitação do confronto com um conteúdo violento. Da minha parte, mais uma vez, o “é” seco

ao final do relato retrata a adoção de uma postura *blasé*, também como forma de evitação de linhas de ação que remetessem à condolência ou pena, por exemplo. Como alguém que finge não ver o tropeço de um transeunte, a postura *blasé* repara a situação em que perder a face é um risco.

5.2.2

As quebras de enquadres e seus sinalizadores

Estratégias de outra natureza, mas ainda constantes do modo de gerenciar o estigma, são as quebras de enquadre/expectativa. Esses são momentos aparentemente estranhos, em que se percebe claramente uma alteração no alinhamento: há uma mudança na projeção do *self* em relação ao interlocutor (eu, a entrevistadora), que deixa de funcionar como tal, quase que invisibilizada, para dar lugar a uma espécie de interlocutor imaginário, de que se falou na seção anterior. O conceito de enquadre, intimamente relacionado aos já definidos conceitos de estrutura de participação (Goffman, 1981) e alinhamento (*footing*), será especialmente útil para descrever esta, que também compõe o conjunto de estratégias de trabalho de face de que os participantes da pesquisa lançam mão.

O enquadre diz respeito à maneira como os participantes estão negociando situadamente a definição da situação, seus significados e distribuição de papéis. Goffman retoma de Bateson (1972) a ideia, que dava conta de uma dimensão mais psicológica do modo como as pessoas definem uma dada situação, para defini-lo (especialmente em 1974), como uma metamsagem, natural à comunicação humana, que situa os sentidos implícitos de uma elocução específica ou situação como um todo. Os enquadres, então, podem ser definidos como as estruturas de conhecimento, acionadas por reconhecimento de um padrão e/ou pistas de contextualização, que dão conta da interpretação de qual situação está sendo encenada (uma entrevista, uma aula, conversa informal, uma brincadeira, etc); do modo como os falantes aderem a papéis interacionais e como os reconhecem.

Mas, longe de aprisionarem a interação em uma fôrma, os enquadres são estruturas dinâmicas; são negociáveis e modificáveis ao longo de uma mesma interação. É isso que se vê claramente nos excertos a seguir. Tal maleabilidade, que permite transições de um enquadre para outro, mesmo em um mesmo

encontro interacional, são geradas ou captadas nas mudanças de alinhamento (*footing*), que marcam o limiar entre dois episódios mais substancialmente sustentados (op. cit.); deve, portanto, ser visto como parte de um contínuo.

Considerando a dinamicidade dos enquadres na comunicação humana, pode-se supor que os participantes de uma interação estejam todo o tempo sinalizando e inferindo o modo como a comunicação deve ser interpretada. Tanto o uso estratégico dos enquadres quanto suas inferências só são possíveis graças a certas convenções que orientam os falantes quanto às mudanças no alinhamento diretamente no contexto de uso.

São as já citadas pistas de contextualização (Gumperz, 1982) as responsáveis por associar a manifestação linguística ao conhecimento contextual num nível pragmático na base das forças ilocucionárias dos enunciados, sendo usadas para comunicar ou inferir propósitos comunicativos, sob o argumento de que o desconhecimento de suas funções socialmente situadas – manifesto, por exemplo, nos estudos de Gumperz sobre cruzamento cultural – são justamente a causa de desentendimentos e ruídos comunicativos. Isso porque as pistas, quando tomadas em relação ao processo e ao contexto, apresentam um valor sinalizador dependente do reconhecimento tácito do seu significado por parte dos participantes.

Citando destacadamente o trabalho de Gumperz, Goffman preocupa-se em atrelar o conceito de enquadre ao de pistas de contextualização, o último operando como índice do primeiro. Dentre os recursos linguísticos que podem admitir essa função, a alternância de código recebe destaque em ambos os trabalhos. Recursos prosódicos como altura, volume, ritmo, acentuação e timbre também são observados como pistas potenciais, mas não parecem salientes ou relevantes nos dados analisados a seguir.

Retornando, então, às entrevistas, nota-se que há sempre um momento em que a interação perde o tom de entrevista biográfica para ganhar contornos de palanque. A pista que marca mais significativamente essa mudança de enquadre nas entrevistas em geral é a já mencionada impessoalização e a especialização do discurso, descrita a seguir.

Novamente a entrevista de João, que apresenta um conteúdo crítico bastante significativo, serve de ilustração. Depois de falarmos rapidamente sobre a história da moto e algumas impressões sobre a vida na cadeia, ainda nos primeiros

minutos da entrevista, resolvo fazer mais uma pergunta a João, na expectativa de que novas histórias emirjam:

Excerto 11: “O governo não está preparado” - João

65 **Liana** entendi. você:: é:: quê que você acha que a cadeia
 66 mudou na sua vida? assim, na sua maneira de:: de
 67 enxergar o mundo?
 68 **João** bom. a cadeia, ela me transformou em algo que eu
 69 não era.
 70 **Liana** você esperava↑ que fosse ser preso =
 71 **João** = nunca =
 72 **Liana** = um dia? =
 73 **João** = nunca. eu fazia minhas coisas e nunca imaginava
 74 que poderia ser preso. eu achava que eu era
 75 intocável...
 76 **Liana** Huhum
 77 **João** entendeu? mas a cadeia, o que ela mudou em mim,
 78 ela me transformou em algo, é:: como é que eu vou
 79 explicar? em algo que eu nunca pensei que eu ia
 80 me tornar, entendeu? no sentido de quê? o governo,
 81 ele não está preparado, nem tá capacitado pra::
 82 ressocializar ninguém. entendeu? não está
 83 preparado. então você chega num num complexo
 84 penitenciário, você é um jovem, cometeu um delito,
 85 pequeno e tal... ou grande, dependente que às
 86 vezes é forçado, entendeu? que às vezes >uma
 87 atitude que você vai fazer cê pensa que é uma
 88 coisa, mas é outra,< então você acaba sendo
 89 forçado a cometer um ato que você não queira
 90 cometer, MAS quando você chega aqui dentro, é:: a
 91 forma de você se expressar muda, >a forma de você
 92 pensar muda,< por quê? porque você tá em convívio
 93 com pessoas com mentes altamente criminosas,
 94 altamente voltada para o crime, entendeu? então
 95 você de uma certa forma você <aprende MAIS>

A resposta de João à minha pergunta é curta e obscura, seguindo os padrões descritos na seção anterior. O tópico, então, é aparentemente re-direcionado (“você esperava↑ que fosse ser preso”, linha 70), até que, na linha 77, uma reformulação da questão anterior por parte do entrevistado me surpreende: “mas a cadeia, o que ela mudou em mim(...)”. O discurso, a partir daí, segue formal e impessoalizado. “O governo” (linha 80) torna-se o sujeito linguístico de um discurso que era até então biográfico, ao mesmo tempo em que esse governo passa a ser responsabilizado pelo o que acontece com as pessoas na cadeia. Também é possível notar a impessoalização do discurso na evitação da primeira pessoa para referir-se à população carcerária. João, alternativamente, prefere usar expressões como “o jovem”, ou “você” (como índice de

indeterminação do sujeito), sem se envolver gramaticalmente na situação que descreve.

Ainda a partir da linha 80, ao dizer que o governo não está preparado para “ressocializar” ninguém, João introduz o jargão especializado dos que lidam na linha de frente os nos estudos da segurança pública. Trocando em miúdos, fala como um especialista.

A esse respeito, quero remeter a um outro tratamento, dado por Tannen e Wallat (1987), para *backgrounds* acionados por exemplo pelo uso de um léxico especializado. Trata-se da distinção que as autoras fazem entre enquadres e esquemas. Sendo ambos estruturas de expectativas, os esquemas se diferenciariam dos enquadres por serem unidades de conhecimento; estruturas que abarcam o que sabemos sobre pessoas, objetos, cenários e eventos. Enquanto os enquadres, em conformidade com teorias interacionais já mencionadas, são definidos como “unidades interativas de interpretação”, negociadas momento a momento em um encontro social, os esquemas remontam a uma anterioridade recuperável na memória. De certo também dinâmicos porque passíveis de negociação, os esquemas, segundo as autoras, interagem com os enquadres, de forma que uma discrepância na estrutura de conhecimento gera uma mudança na definição da situação. Pode-se argumentar, nesse sentido, que uma mudança no campo semântico que marca a fala das entrevistas é índice (e ao mesmo tempo detonador) das mudanças no enquadre. Dessa forma, uma conversa de cunho mais pessoal abruptamente se transforma em um discurso com contornos políticos, portanto públicos.

Goffman (ainda em 1981) nota que certas características conversacionais da estrutura de participação, por exemplo, podem ser transplantadas de seu ambiente interacional natural para um outro artificial, como uma teatralização para fins específicos: “do mesmo modo que os dramaturgos podem colocar qualquer universo no palco, também nós podemos representar qualquer estrutura de participação e qualquer formato de produção em nossa conversa” (idem [2002]:146). Tal processo, denominado encaixamento, tem por base um reenquadramento, ou uma mudança no alinhamento, e pode ser observado quando a estrutura de participação, baseada no binômio entrevistador-entrevistado é substituída pela teatralização de uma estrutura mais complexa, que prevê um

locutor e uma plateia. Tratar-se-ia, nesse caso, do que no senso comum se chama de digressão, que é também, alego, uma estratégia de evitação.

A plateia é o público espectador do discurso político que João introduz, que, conhecedor das questões sociais que ladeiam esta pesquisa e a discussão sobre segurança pública, está familiarizado com o jargão especializado da “ressocialização”, do “delito”, dos “complexos penitenciários”. Essa plateia é o interlocutor imaginário, de vez em quando acionado nas entrevistas. São os pesquisadores sociais e seus leitores – identidades projetadas pelo interno. Meu papel está redistribuído nesse contexto: deixo de ser a interlocutora direta e assumo para uma espécie de função mediadora.

Muitos exemplos dessa natureza estarão contemplados no capítulo 8, que versa sobre essa “agenda” social e discursiva que meus entrevistados sentem que precisam dar conta em seus relatos, também para salvar a imagem pública de seu grupo. Por ora, apenas para ratificar a recorrência da estratégia interacional da quebra de enquadre, segue abaixo um segundo exemplo, dessa vez extraído da já mencionada entrevista dupla com Sérgio e Jorge.

Excerto 12: “Pra você ver” - Sílvia

- 60 **Liana** vocês chegaram a- >falar em educação aqui.<
 61 vocês chegaram a frequentar é: até que série?
 62 **Sérgio** () hoje em dia eu eu na minha época era era
 63 era quinta série.=
 64 **Julio** =huhum=
 65 **Liana** =é, agora é o sexto ano hh=
 66 **Sérgio** =sexto ano é quinta série. tanto que às vezes
 67 cobram um batalhão referente isso. né? mas era
 68 era quinta série=
 69 **Jorge** =eu fiz até a quarta=
 70 **Sérgio** =fui até a quinta série. [() é escola
 71 () estudei em escola particular=
 72 **Liana** [em escola municipal↑]
 73 **Jorge** = ah é?=
 74 **Sérgio** =eu estudei em escola escola municipal.
 75 **Liana** huhum.
 76 **Sérgio** °entendeu° escola particular e escola municipal.
 77 né? MAS é aquele negócio né? é a nossa vida
 78 mermo >() né? nós precisa sustentar ajudar a
 79 família em casa< né? comecei também trabalhar cedo
 80 () comecei a trabalhar com oito anos de idade.
 81 **Liana** você começou a trabalhar em quê?
 82 **Sérgio** a: eu comecei comecei a trabalhar em obra.
 83 () carregava () de concreto. pra poder
 84 ajudar a família. então o que acontece? então
 85 isso tudo >pra você ver< uma uma criança com
 86 oito anos de idade () o lugar dele deveria de
 87 aonde? °no colégio° se tivesse pagando um

Nesse momento da entrevista, após ambos os participantes narrarem histórias pessoais sobre o modo como as condições econômicas da família os impulsionaram ao trabalho precoce, elaboro uma pergunta sobre escolarização. As linhas 62-76 descrevem as respostas e desenvolvimentos relativos ao tema, que rapidamente voltam a desembocar no tópico dos primeiros trabalhos (“MAS é aquele negócio né? (...)comecei a trabalhar com oito anos de idade”, linha77-8). A partir daí, minha tentativa de fazer prosseguir o tópico é claramente insatisfatória para Sílvia, que me destrona da posição de entrevistadora, na linha 84 (“então o que acontece? então isso tudo >pra você ver<”), para avançar um discurso marcadamente impessoal e didático, novamente, assim como no excerto anterior, sobre a negligência do governo em relação às desigualdades sociais.

Condizente com a argumentação mais geral da presente tese, pode-se dizer que os excertos 11 e 12 conduzem com literalidade a argumentação deste capítulo: são frequentes as tentativas, por parte dos participantes, de tornar o desvio compreensível dentro de um padrão de normalidade. Os discursos aqui destacados funcionam como grandes parênteses dentro dos quais o desvio é explicado teoricamente, com atribuição das causas sociais. Tais explicações mobilizam as estratégias de neutralização que amenizam a experiência desviante, tentando evitar perturbações nas relações entre os participantes.

Uma quebra de enquadre que introduz outro tópico, mas justificada pela mesma razão, pôde ser analisada nas entrevistas com Félix. É preciso lembrar (cf. cap. 4) que Félix era o “professor de português” da cadeia. O mais velho de todos os entrevistados (quicá da unidade prisional em que estava lotado), o interno tinha também uma história dessemelhante a de seus companheiros de cela. Filho de juiz, oriundo da classe média da baixada fluminense, é mais escolarizado que a média e encontrou nos livros uma espécie de válvula para passar o tempo na cadeia. No excerto 13, eu começo justamente perguntando sobre onde reside essa diferença, até, por conta de sua resposta curta, redirecionar a questão em busca de algum tipo de generalização.

Excerto 13: “A Grande maioria” - Félix

- 66 **Liana** e aí então aproveitando isso, baseado no que
 67 **Félix** você, por que que a sua história foi diferente?
 68 **Félix** a minha foi, é. Mais ou menos bem. Não fui rico,

- 69 mas tive uma condição.
 70 **Liana** mas baseado assim no que você conhece do pessoal
 71 daqui. Ou não, ou não daqui, né, de fora. O que
 72 você acha que acontece na vida de uma pessoa
 73 quando ela escolhe... Primeiro, se você acha que
 74 é escolha ou se você não acha. Mas, enfim, o que
 75 acontece na vida de uma pessoa quando ela vai pro
 76 caminho do crime?
 77 **Félix** ah, o fim é esse. poucos, poucos. A grande
 78 maioria... tem gramática que dizem grande maioria
 79 tem redundância, mas não é, porque maioria é 50,
 80 60 por cento. Quando o sujeito diz grande
 81 maioria, quer dizer 70, 80, ou seja, quase a
 82 totalidade. Portanto, é mais do que puramente
 83 enfático o adjetivo grande ao lado de maioria.
 84 Então, grande maioria não é redundância. É um
 85 plúcionismo não vicioso, usado para dar mais
 86 força e vigor à frase. A grande maioria... acaba
 87 aqui mesmo, né, nesses calabouço aqui.

Logo no início da resposta de Félix, ainda na linha 77, a expressão “a grande maioria” gera uma peculiar digressão no discurso: meu interlocutor começa dar uma “aula de gramática”. O léxico especializado “redundância” (linha 79), “enfático” (linha 83), “adjetivo” (linha 83), etc., aciona, conforme a teorização de Tannen e Wallat, um conjunto de conhecimentos típicos do discurso acadêmico-professoral, que reenquadra toda a interação. Agora, Félix não está mais em uma entrevista, mas em uma discussão “desierarquizada” com os professores que visitam a unidade (eu e Julio Giannini), a quem passa a alinhar como “pesquisadores sociais”.

Em relação à estrutura de participação, embora continuemos na condição de interlocutores ratificados de Félix (desta vez não se nota a entidade do interlocutor imaginário), há uma clara mudança nas relações de poder instauradas no discurso. Nota-se um Félix “virando o jogo”, para usar uma expressão comum; para usar os termos de Goffman, há uma mudança no alinhamento que sincroniza as relações. Trata-se, portanto, de um fenômeno de manejo da face. No excerto abaixo, eu ratifico ainda mais a desconstrução das relações de poder, colocando-me como aprendiz (polidamente), dando a deixa para mais uma explanação gramatical.

Excerto 14: Professor de português - Félix

- 134 **Liana** você já passou por alguma situação de risco de
 vida?
 135 **Félix** já.
 136 **Liana** já?
 137 **Félix** já.
 138 **Liana** pode contar como foi?

- 139 **Félix** risco de vida ou risco de morte?
 140 **Liana** é, de morte, desculpa.
 141 **Félix** não, não...
 142 **Liana** esqueço que eu tô diante de um professor de
 143 Português...
 144 **Félix** os dois são perfeitamente corretos. Risco de vida,
 145 a frase foi usada em elipse, elipse é tom de
 146 subentendido, vem do grego, risco de vida está
 147 subentendido ao risco de perder a vida.
 148 **Liana** isso.
 149 **Félix** e risco de morte hoje em dia está mais usado mas é
 150 o mais correto, mas a elipse é aceito na norma
 151 culta, na nossa regra, risco de vida, de perder a
 152 vida, suprimiu a palavra perder. Ah, risco, já,
 153 várias vezes, tem os tiro, essas coisa...

Novamente aqui, a explicação gramatical de Félix protela sua resposta à pergunta feita por mim: ele pinça das minhas formulações uma construção supostamente problemática e desenvolve um comentário a respeito. Um julgamento, comum em outros contextos, que poderia compreender esta como uma estratégia impolida (apontar o erro do interlocutor), é completamente suplantada por uma outra urgência da interação: o encobrimento do desvio. Minha atitude, na linha 142, encoraja a digressão, porque também pareço interessada em adiar a retomada do tópico até que Félix se sinta mais à vontade.

O que diz respeito a trabalho de face neste excerto – o meu comentário elogioso sobre os estudos em Língua do interno (linha 142) – pode ser traduzido a partir das palavras de Gofman: “já que cada participante de uma ocasião está preocupado, ainda que por razões diferentes, em salvar a própria fachada e também a dos outros, surgirá então naturalmente uma cooperação tácita para que os participantes possam obter juntos seus objetivos em comum, mesmo que por motivos diferentes” (1967[2011]: 35). Ao meu comentário, Félix responde em tom normativo, com vocabulário especializado e referências eruditas: “Os dois são perfeitamente corretos. Risco de vida, a frase foi usada em elipse, elipse é tom de subentendido, vem do grego, risco de vida está subentendido ao risco de perder a vida”. O rearranjo dos papéis e o espaço para a explanação foram suficientes para que a linha que meu interlocutor sustentava fosse mantida e reforçada com êxito

5.3

Conclusão do capítulo

Meu objetivo central ao manter no foco deste capítulo as questões interacionais de manejo do *self* foi trazer à tese um pouco de minhas próprias impressões pessoais sobre o comportamento – meu e dos demais participantes da pesquisa – ao longo do contato com o campo. Essas impressões se referiam às tensões que permeavam os movimentos de aproximação e distanciamento entre as pessoas, e logo ficou claro que elas poderiam ser captadas/reconstruídas à luz de uma análise discursiva que manejassem, a partir da noção de trabalho de face, as ‘evitações’ e as quebras de enquadre como categorias de análise.

Se toda interação comporta um potencial de ameaça à imagem que o ator tenta construir de si mesmo, estas interações, aqui em foco, multiplicam tal potência. Não é só uma questão ordinária de manutenção do equilíbrio social. Trata-se de sustentar uma imagem positiva que é a antítese do *background* de senso-comum sobre sujeitos apenados, assumidamente criminosos. Há, nos entrevistados, sujeitos que reivindicam para si uma imagem de cidadão consciente, entrevistado solícito e aluno amistoso. E há um esforço interacional muito grande de ambas as partes para não desconstruir essas imagens – é a isso que passei a chamar de gerenciamento de estigma ou neutralização deste.

E, de novo, essa não é apenas uma demanda corriqueira: a assimetria de poder, quer dizer, encontrar-me diante do oprimido, de uma minoria que requer assistência social e luta política, ao mesmo tempo em que incrementa a ameaça, confere à imagem dele, conforme dito no início do capítulo, um direito moral à proteção. Por outro lado, e isso complexifica bastante a situação, há uma outra relação de poder instituída: trata-se daquela, contra-institucional, em que se firma a violência urbana: o poder potencial que eles têm de provocar medo, de subjugar pela força. E aí, nessa virada, parece que eu também tenho o direito à proteção; tenho direito a não sentir minha integridade e imagem segura ameaçada – basta lembrar o episódio do olhar já mencionado no início deste capítulo. Esses dois aspectos motivam a necessidade de não trazer à tona, ao menos não direta e enfaticamente, o tema da violência e suas ramificações.

Em resumo, parece-me que as estratégias de evitação, indiretividade e digressão aqui apresentadas saturam a interação de mecanismos de atenuação das ameaças à imagem pública que se procurava manter em nossas interações. Por essa razão é que reivindico para elas, que são de controle da informação sobre o desvio, o estatuto de estratégias de trabalho de face, uma vez que, de acordo com a análise dos dados, são elas que dirimem o choque potencial do encontro misto, protegendo as autoimagens dos entrevistados e dos entrevistadores. Por um lado, a “cegueira” de quem simula tornar irrelevante o fato de estar diante de um estigmatizado – comparável a de alguém que desvia o olhar de um deficiente na rua –, que marca o meu comportamento, serve para proteção de Félix, João, José e os demais. Por outro lado, o comportamento deles, que disfarçam as marcas do seu estigma, é pura proteção daquela minha face, em risco sempre que é possível o confronto com a realidade de sua violência. Essa é a síntese do *savoir faire* da parceria instituída nessas interações.